





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

**Análise do Portal da Transparência do Município de São João da
Lagoa**

Montes Claros (MG)
2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de São João da Lagoa

1. Sumário

A avaliação do Portal da Transparência do Município de São João da Lagoa, com base em 45 critérios, demonstra que 19 foram atendidos e 26 não foram atendidos. Isso corresponde a 42% de cumprimento e 58% de não atendimento. Identifica-se a presença de informações relevantes nos grupos de receitas, despesas, convênios recebidos, diárias, contratos, parte de licitações, prestação de contas e aspectos de acessibilidade. No entanto, permanece um conjunto significativo de dados ausentes, principalmente aqueles relacionados à dívida ativa, acordos sem repasse, remuneração de servidores, terceirizados, editais completos de concursos, documentos integrais de licitações, informações sobre obras e instrumentos de planejamento governamental. Assim, embora existam publicações essenciais, o portal ainda apresenta lacunas importantes que comprometem a completude e a abrangência das informações oferecidas ao cidadão.

2. Análise Detalhada por Grupo

A área de receitas apresenta divulgação da previsão e realização, bem como da classificação por natureza orçamentária, atendendo aos requisitos básicos de transparência financeira. Entretanto, a ausência da lista de inscritos em dívida ativa limita a visualização da recuperação de créditos municipais.

No grupo das despesas, o portal disponibiliza informações completas sobre execução orçamentária e detalhamento dos pagamentos, incluindo beneficiários e características das contratações, o que contribui para o acompanhamento das aplicações dos recursos públicos.

Referente aos convênios e transferências, observa-se a divulgação das transferências recebidas, com informações sobre valor total, objeto, origem e datas de repasse. Contudo, o portal não contempla a divulgação dos acordos firmados

sem repasse financeiro e apresenta lacunas na informação sobre transferências realizadas, o que resulta em um panorama incompleto das parcerias estabelecidas pelo município.

Em relação aos recursos humanos, há divulgação da lista nominal dos servidores com dados funcionais e da relação de estagiários. No entanto, não são disponibilizadas as remunerações nominais, a lista de terceirizados nem os editais de concursos e seleções públicas, o que reduz a amplitude da transparência relativa aos vínculos e à gestão de pessoal.

No tema de diárias, são apresentados os dados sobre beneficiários, períodos e motivos dos afastamentos, porém não constam as tabelas com valores aplicados, deixando incompleta a compreensão dos critérios adotados pelo município.

No conjunto de licitações, há divulgação da relação de processos licitatórios, com informações básicas sobre modalidade, objeto e valores estimados, embora o portal não disponibilize os editais completos, os documentos das fases interna e externa, as atas de adesão, os processos de dispensa e inexigibilidade nem o plano anual de contratações. A ausência de dados sobre licitantes sancionados também impede maior acompanhamento dos mecanismos de responsabilização administrativa.

Quanto aos contratos, o portal disponibiliza a relação dos instrumentos celebrados, com informações sobre vigência, objeto, contratados e aditivos, porém ainda não apresenta o inteiro teor dos documentos, a lista de fiscais de contratos ou a ordem cronológica dos pagamentos, o que compromete a avaliação detalhada da execução contratual.

No grupo de obras, verifica-se ausência completa das informações sobre etapas, percentuais concluídos, preços, obras paralisadas e demais detalhes. Esse conjunto configura uma das principais lacunas observadas, impedindo o acompanhamento de investimentos estruturais.

O grupo de prestação de contas apresenta divulgação do balanço geral, do relatório de gestão, do relatório de gestão fiscal (RGF) e do relatório resumido da execução orçamentária (RREO). Entretanto, falta a publicação dos resultados de apreciação das contas pelo Tribunal de Contas e do julgamento das contas do Chefe do Poder

Executivo pelo Legislativo, informações essenciais para o acompanhamento do controle externo.

Quanto ao planejamento, nenhum dos quatro instrumentos avaliados está disponível, incluindo PPA, LDO, LOA e objetivos estratégicos, evidenciando ausência total desse conjunto informacional.

No campo da acessibilidade, o portal apresenta trilha de navegação, alto contraste, ferramenta de redimensionamento de texto e mapa do site, embora não exiba o símbolo de acessibilidade em destaque. Assim, observa-se atendimento parcial dos critérios avaliados.

3. Considerações Finais e Recomendações

A análise evidencia que, embora o Portal da Transparência de São João da Lagoa disponibilize informações relevantes em diversas áreas, permanece um número expressivo de critérios sem atendimento, especialmente nos temas relacionados às licitações, contratos, obras, informações de pessoal e planejamento governamental. Essas ausências comprometem a visão ampla das ações administrativas e limitam o acesso do cidadão a dados fundamentais sobre a gestão pública.

Recomenda-se que o município avance na publicação das informações ainda não incorporadas ao portal, priorizando a divulgação da lista de inscritos em dívida ativa, das remunerações de servidores, da relação de terceirizados e dos editais completos de concursos e seleções.

É importante também contemplar a publicação integral dos documentos de licitação, incluindo editais, fases internas e externas, atas de adesão, processos de dispensa e inexigibilidade, além do plano anual de contratações. Sugere-se ainda a disponibilização completa dos contratos e aditivos, das informações sobre fiscais e da ordem cronológica de pagamentos.

No campo de obras, recomenda-se a inclusão de dados sobre etapas, percentuais executados, preços e obras paralisadas, de forma a permitir o acompanhamento

detalhado dos investimentos. Além disso, é essencial publicar os instrumentos de planejamento, possibilitando que a sociedade compreenda metas, diretrizes e prioridades da gestão municipal.

A ampliação das informações, aliada ao aperfeiçoamento das funcionalidades de acessibilidade, contribuirá para tornar o portal mais claro, completo e alinhado às práticas de transparência pública.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br